

O TOC tem de ser o parceiro mais próximo do empresário

O primeiro bastonário da Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas sustenta que os profissionais terão de acompanhar de forma próxima e atenta os negócios de empresários cada vez mais exigentes e com vontade de crescer.

Por **Nuno Dias da Silva**

Dois de Março. Início da manhã. Nos corredores do 6.º andar do edifício da Av. Barbosa du Bocage respira-se tranquilidade. Poucas horas antes, uma clara maioria de membros revalidou a sua confiança na equipa liderada por Domingues de Azevedo. O bastonário é o rosto da confiança e recebe-nos no seu gabinete, onde dezenas de *dossiers* empilhados em mesas e cadeiras, dominam a paisagem. No rescaldo do acto eleitoral em que averbou uma expressiva vitória, Domingues de Azevedo desfia as resistências encontradas ao longo do caminho que

culminou com o alcançar da ordem profissional. O bastonário afirma que as ideias surgidas durante as eleições serão aproveitadas nesta nova etapa em que se procura construir um figurino de profissional útil e criador de valor, através da proximidade com os empresários. O responsável máximo da Ordem argumenta que os alertas dos TOC dão mais solidez às empresas, até porque, acrescenta esta é das profissões que mais progrediram nos últimos anos, devido à polivalência e capacidade de trabalho dos seus executantes.

PERFIL

António Domingues de Azevedo nasceu em 1950, em Vila Nova de Famalicão. Foi deputado à Assembleia da República durante três mandatos, integrando sempre a Comissão Parlamentar de Economia e Finanças. Lidera, há 14 anos, os destinos da entidade reguladora da profissão de TOC, primeiro presidindo à ATOC, depois à CTOC e, finalmente, à OTOC.





Domingues de Azevedo afirma que a etapa agora iniciada impõe um novo figurino profissional

TOC - Estava à espera de um resultado eleitoral tão expressivo?

Domingues de Azevedo - Esperava ganhar, mas não por uma margem tão folgada (78,2% dos votos). Tínhamos consciência do bom trabalho desenvolvido e que esta Instituição foi construída pela equipa que ganhou estas eleições. Não digo com sobrançeria, mas convictamente: nunca me passou pela cabeça sair derrotado. Aliás, eu costumo afirmar que nunca há nenhuma oposição que ganhe eleições, quem exerce o poder é que as perde.

TOC - A passagem a Ordem foi determinante para a concentração de votos na sua lista?

D.A. - Este processo criou nas pessoas um orgulho de estarem

no mesmo plano social de outras profissões. Isso mexeu com a maneira de ser de cada TOC. A leitura que faço, até pelos resultados das eleições, é que os membros respaldaram, de forma esmagadora, a decisão de avançar com a passagem a Ordem neste *timing*.

«[A passagem a Ordem] criou nas pessoas um orgulho de estarem no mesmo plano social de outras profissões»

TOC - Contudo, o processo foi longo e repleto de incidentes...

D.A. - Não somos ingénuos. A atitude de alguns deputados da As-

sembleia da República para com os TOC foi lamentável. Lembro a algumas memórias mais curtas que, em 1989, quando foi revogado o Código da Contribuição Industrial, existiu logo uma promessa de regulamentação da profissão. A primeira tentativa de regulamentá-la surge dois anos depois. Acontece que a proposta de autorização legislativa foi aprovada por unanimidade no Parlamento e depois não foi usada pelo Governo. Isto é revelador da desvalorização a que estava votado o papel dos TOC na sociedade. As forças políticas não consideravam esta profissão. O processo arrastou-se e só em 1995, com uma tentativa séria e credível, é que se concretiza a regulamentação. E quero recordar que, pouco depois, foi aprovada uma lei aberrante, denominada 27/98, que em



traços gerais dizia que para se ser contabilista bastava saber assinar o nome e ter a quarta classe. Não quero fazer política, mas há uma evidência factual: o PS foi o único partido que até hoje compreendeu e acarinhou a criação da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, mais tarde a Ordem, e o acompanhamento dos profissionais.

TOC – Mas as resistências não se ficaram pelo Parlamento?

D.A. – A reacção do Conselho Nacional de Ordens Profissionais (CNOP) é um acto politicamente impensado, o que prova à saciedade que em Portugal há pessoas que ainda vivem sustentadas em elitismos e que desconhecem a realidade factual, não deixando de transparecer alguma bacoquice social que continua a existir perante os TOC. São muitos os que resistem em digerir o grande papel que os profissionais desempenham em prol da sociedade portuguesa. Lamento a atitude precipitada e quase desesperada que teve Fernando Santo, ao tempo o presidente da CNOP e ex-bastonário da Ordem dos Engenheiros (O.E.). Na minha opinião ele viu na passagem da Câmara a Ordem um “perigo” muito grande: a possibilidade de ter que inscrever na Ordem dos Engenheiros os milhares de engenheiros técnicos existentes retiraria à instituição algum protagonismo. A minha visão é contrária.

TOC – Qual a percentagem de não licenciados na OTOC?

D.A. – Essa percentagem é residual, cerca de 5 por cento. Curiosamente não vi o ex-bastonário da O.E. tecer a mesma observação no

que diz respeito à Ordem dos Enfermeiros (onde o número de não licenciados é superior) e à própria Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. São dois pesos e duas medidas que francamente não entendi. Usou-se esta questão para lançar a confusão, de forma a perpetuar um falso elitismo.

TOC – A Ordem pondera integrar a CNOP?

D.A. – Enquanto lá estiverem os actuais dirigentes e se se mantiver a política de discriminar os profissionais na categoria de primeira e de segunda, digo, taxativamente, não. Mas caso exista uma alteração substancial no espírito orientador da CNOP, nada obsta a que não integremos essa organização particular.

*«Boas ideias
serão aproveitadas,
independentemente
da sua origem»*

TOC – Mas para além das resistências políticas, existiram entraves protagonizados por alguns profissionais. Sentiu-se magoado pelo teor de algumas observações?

D.A. – Alguns TOC sempre perfiaram uma concepção da profissão numa óptica de desresponsabilização. E são esses que hoje procuram tirar mérito ao êxito alcançado neste moroso processo, argumentando que se tratou de um favor político. A mim o que me interessa é que do ponto de vista formal existe uma Ordem profissional, independentemente dos factos que estiveram na sua origem. E contra factos não há

argumentos. É um facto que a implantação do SNC foi importante para a consolidação deste processo. É inegável concluir que este foi o momento ideal. Caso contrário, só daqui a 50 anos é que, provavelmente, teríamos Ordem.

TOC – Recusa a afirmação de que a passagem a Ordem foi a moeda de troca pelo trabalho pedido aos TOC para a implementação do SNC?

D.A. – Isso é o argumento de frustrados que nunca fizeram nada de revelante na vida e que alimentam uma raiva enorme porque os outros fazem aquilo que eles não foram capazes de fazer. É pura inveja. Vivem à custa da maledicência. Felizmente o resultado eleitoral deu resposta cabal aos que defendiam argumentos dessa natureza.

TOC – Terminada a contenda eleitoral, chegou a hora de unir esforços?

D.A. – Existem visões distintas da realidade, o que não significa que não surjam, no fragor da discussão, ideias e contributos válidos. Não podemos é estar fechados no nosso semicírculo. Uma coisa garantida: as boas ideias serão aproveitadas, independentemente da sua origem. A experiência política acumulada leva-me a aproveitar o que é bom e a desprezar o que não é válido. O benefício da aplicação das boas ideias é sempre para quem as aplica e não para quem as pensa. Deixo um apelo aos TOC: vamos começar uma nova vida e uma nova era. De mãos dadas vamos vencer.

TOC – Um dos motes da sua campanha foi «o TOC enquanto criador de valor para as empresas».



Vai dar sequência prática a esse objectivo?

D.A. – Com a criação da Ordem fecha-se um ciclo de expectativa e de crescimento. Estamos hoje em planos igualitários no que respeita a organização profissional. A nova etapa aporta novas realidades e responsabilidades. Os profissionais deixaram de ser vistos isoladamente. Mas, por outro lado, isso implica que o comportamento dos TOC seja mais escrutinado, impondo-se uma nova atitude. E essa atitude corresponde à urgência de definir um figurino profissional que dê resposta às nossas necessidades empresariais.

TOC – Como caracterizaria o profissional do futuro?

D.A. – A Ordem tem feito um esforço na busca do perfil ideal do profissional que seja útil junto das empresas. A definição da estrutura curricular a partir de 2003 e a exigência que é colocada aos candidatos à profissão, são provas desse esforço. As PME constituem 97 por cento do tecido empresarial e é preciso vocacionar os profissionais para a realidade que vão encontrar nestas empresas. Não chega ter um TOC que cumpra unicamente com as obrigações tributárias, queremos um profissional que colabore com as empresas e com o seu saber e capacidade de intervenção, conhecimento do negócio e seja capaz de ser um conselheiro do empresário, fornecendo-lhe informação actualizada sobre o volume de vendas, alertando-o para consumos excessivos em determinadas áreas, etc. O TOC tem de ser o parceiro mais próximo do empresário na respectiva área

de negócio. E é este o profissional que cria valor.

TOC – De que modo?

D.A. – Se é discutido um projecto de investimento, o TOC terá de avaliar uma série de questões: por exemplo, se o investimento vai ou não gerar fluxos financeiros suficientes para o encargo que gera ou se o mercado vai absorver o que foi produzido. As más decisões contribuem para uma situação financeira instável, o empresário deixa de pagar as suas obrigações aos fornecedores, aos bancos, ao Estado, etc. O TOC ao aconselhar se este é ou não o momento certo para avançar ou ao sugerir um financiamento a *leasing* junto do banco está a criar valor acrescentado. São actos preventivos e de acompanhamento absolutamente necessários. São estes alertas que permitirão maior solidez económica às empresas, evitando erros de interpretação e de investimento.

TOC – Está definitivamente ultrapassado o TOC que se limita a debitar e a creditar?

D.A. – Essa concepção faz parte do passado e esse trabalho dentro de 10 ou 20 anos será feito por um computador. O profissional terá que ser muito mais do que isso. No fundo é o “braço” que apoia o empresário em todas as suas decisões. Perante esta nova realidade, o TOC tenderá a ser muito mais polivalente, mais preparado e conhecedor da realidade empresarial. Tal situação obrigará a que os TOC diminuam o número de clientes para poderem acompanhar mais de perto os empresários que queiram crescer e evoluir. Qualquer empresário que se

preze é insaciável e luta por objectivos cada vez mais arrojados.

TOC – Os empresários estão sensibilizados para cooperarem nessa relação próxima?

D.A. – Quando um empresário é ambicioso e tem horizontes largos, não discute quanto paga, mas antes o que recebe em troca do TOC pelo facto de desembolsar uma quantia elevada. Os empresários querem é obter retorno seguro do trabalho desenvolvido pelos TOC. A Ordem tem vindo a tentar derrubar algumas barreiras que se criaram entre os empresários e os profissionais, nomeadamente através de parcerias que temos vindo a promover com a CAP, a AHRESP, a CCP e que em breve avançaremos com a AECOPS, no sentido de prosseguir as acções de sensibilização. O SNC é um bom pretexto para abrir portas que estavam fechadas.

TOC – A resistência à mudança continua ser um forte entrave?

D.A. – Alguns sectores ainda vêem os TOC como uma classe pouco responsável e avessa à evolução e às oportunidades. O acto eleitoral desmentiu este quadro. Os profissionais são de uma capacidade de trabalho enorme, sem paralelo noutras profissões. Os advogados andaram quase dez anos para desmaterializar as acções em tribunais, enquanto os TOC precisaram apenas de três anos para a desmaterialização das declarações fiscais – hoje temos pessoas com 95 anos que aprenderam a lidar com o computador. É nessa capacidade de entrega a estes novos desafios que a profissão se destaca. Há poucas profissões em Portugal que

evoluíram como a nossa. Há três anos as pessoas penalizaram-me no acto eleitoral por ter falado de formação obrigatória. Hoje, toda a gente admite que a formação é necessária.

TOC – Sente que a Ordem está mais influente e reforçou o seu papel de interlocutor junto das instituições sociais?

D.A. – Muito mais. Dou-lhe um exemplo simples: antigamente pelo contacto telefónico era um problema chegar à fala com um alto responsável de qualquer entidade. Actualmente não nos fecham a porta. Somos atendidos e respeitados.

TOC – Qual papel pode desempenhar a OTOC na feitura das leis contabilístico-fiscais?

D.A. – É sempre difícil intervir nesse domínio. O sistema fiscal é o conjunto de normas e meios que garantem a subsistência financeira de uma nação organizada a que chamamos Estado. É em função das necessidades de financiamento que são introduzidas alterações no sistema tributário. Nenhum Governo abdica da gestão do seu sistema fiscal, definindo os princípios a aplicar. No âmbito da sua intervenção, os TOC podem dar uma ajuda no quadro da aplicação destes princípios. Se vamos cumprir a lei, penso que poderíamos dar um contributo importante na sua execução. Sem nos intrometermos nos princípios, que são da responsabilidade de quem governa, penso que os TOC devem intervir na execução da lei. Nesse sentido, apelamos ao Governo, sempre que seja sua intenção elaborar legislação na área da conta-

bilidade, fiscalidade e impostos, que solicite a colaboração dos TOC. Estou certo que serão eliminadas, à partida, muitas dúvidas, simplificando os princípios consagrados pelo legislador.

TOC – As prioridades dos seus últimos dois mandatos incidiram na vertente social e da formação. Consegue definir o projecto mais ambicioso para o próximo triénio?

D.A. – O esforço de credibilizar tem sido permanente e desdobra-se em múltiplas acções que temos desenvolvido. Não é possível haver profissões credibilizadas descurando preocupações qualitativas e negligenciando a responsabilidade sobre os seus próprios actos. Sobre os projectos prioritários eu diria que é sempre fundamental possuir um bom sistema de formação permanente, seja obrigatória ou facultativa, ministrada pela OTOC, pelas universidades, etc. É essencial criar nos profissionais a ideia que eles têm que evoluir no patamar de conhecimentos.

TOC – A ideia de monopólio formativo por parte da Ordem terminou, até porque existem muitas entidades habilitadas a ministrar acções de formação...

D.A. – A própria lei diz que a OTOC pode instituir mecanismos de formação obrigatória. O que foca a nossa atenção é que os profissionais exerçam o seu trabalho com zelo e conhecimento. A Comissão do Controle da Qualidade vai continuar a desempenhar um papel ainda mais aprofundado. Sobre as preocupações sociais, quero destacar o esforço em termos de canalização de verbas da Instituição

no domínio dos projectos no âmbito de solidariedade social, através do fundo de pensões, seguro de responsabilidade civil e seguro de saúde. Gostaria de realçar que no seguro da solidariedade social a OTOC já auxilia 40 profissionais, repondo o diferencial entre os que eles recebem da sua reforma e a remuneração mínima mensal garantida. Finalmente, o sonho antigo de concretizar a «Casa do TOC» está para breve. Será um projecto grande, aliás, à imagem desta Instituição, onde pretendemos associar no mesmo espaço, algures em Lisboa, um amplo centro de formação. O seu anúncio formal terá de acontecer após a realização de uma Assembleia-Geral extraordinária.

*«Respostas online
vão permitir
descongestionar»*

TOC – O fórum do site e o atendimento telefónico têm merecido reparos por parte de alguns membros. O que pensa fazer?

D.A. – Contrariamente ao que possam pensar, eu não gosto de imiscuir-me na liberdade de expressão dos membros. Só que sou o responsável máximo por esta organização e se nada fizer contra os abusos estarei a dar cobertura a excessos que desmerecem a Instituição, envergonham a profissão e enlameiam um espaço nobre de debate como é o fórum. Isso não permitirei. Digo e repito: se alguém desrespeitar as regras do fórum será com toda a certeza banido. É verdade que se tratam de situações perfeitamente residuais, mas sabe que os grandes

problemas começam por pequenas questões. O atendimento telefónico é uma pecha e estamos a trabalhar não no sentido de reforçar os serviços, até porque temos 60 linhas, mas para poupar tempo aos membros e evitar o abuso com que alguns usam deste mecanismo de relação com a Instituição. A alteração que está a ser feita ao *software* prevê que as chamadas não durem mais do que 10 minutos, sendo o TOC devidamente alertado para isso. Quando o tempo expirar a chamada é desligada automaticamente. Outra das medidas que pretendemos implantar é as respostas *online* com vista a descongestionar a linha telefónica.

TOC – Lidera os destinos da Instituição há 14 anos. Este é o seu último mandato?

D.A. – Os percursos não podem ser avaliados por esse prisma. A pergunta fundamental a que se deve dar resposta é: a Instituição precisa das pessoas? As pessoas são úteis à Instituição? Eu começo a sentir a natural necessidade de descansar, de estar mais tempo com a família e acompanhar mais de perto um escritório que há cerca de 30 anos é gerido pelos meus funcionários. A minha intenção é daqui a três anos não me recandidatar. Mas sou fiel ao ditado, «nunca digas nunca». Imaginemos que a Ordem por motivos políticos ou outros fica em perigo e carece de uma liderança sólida, conhecedora e experiente. Não creio que fosse justo abandoná-la num momento difícil. Mas também tenho a noção que levei a OTOC a um patamar que muitos não imaginavam. Nesse ponto, sinto que cumpri uma das minhas maiores motivações.